

EDITAL Nº 470/2018 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 37/2018 — O Município de Canoas torna pública a abertura do prazo para recebimento de projetos de entidades sociais, culturais, artísticas, esportivas, tradicionalistas, assistenciais e/ou comunitárias deste Município, com a finalidade de outorgar permissões de uso de áreas públicas. Inscrições: **3 de dezembro de 2018** a **4 de janeiro de 2019**. Edital: site www.canoas.rs.gov.br.

Luiz Carlos Busato Prefeito Municipal de Canoas



EDITAL Nº 470/2018 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 37/2018

O Município de Canoas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 88577416/0001-18, com sede na rua 15 de janeiro, nº 11, Centro, Canoas, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Luiz Carlos Busato, brasileiro, arquiteto, por meio da Secretaria Municipal das Relações Institucionais e Comunicação (SMRIC), torna público que estará aberto o prazo para o recebimento de projetos de entidades, sem fins lucrativos, sociais, culturais, artísticas, esportivas, tradicionalistas, assistenciais e/ou comunitárias deste Município, com a finalidade de outorgar permissões de uso de áreas públicas, conforme Art. 101, §2º, da Lei Orgânica Municipal, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Chamamento Público tem por fim precípuo organizar, normatizar, socializar de forma irrestrita, democrática e transparente o processo de utilização das áreas públicas por entidades sociais, culturais, artísticas, esportivas, tradicionalistas, assistenciais e/ou comunitárias deste Município, a título precário e não oneroso, em caráter transitório, cujos os espaços serão previamente determinados, conforme Anexo V, mediante permissão de uso, que será outorgada através da seleção de projetos apresentados pelas entidades.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste chamamento as entidades sociais, culturais, artísticas, esportivas, tradicionalistas, assistenciais e/ou comunitárias que apresentarem propostas com base em seus planos de trabalho para atendimento às necessidades inerentes ao objetivo de cada instituição e que tenham sede neste Município.
- 2.2. Os espaços públicos serão utilizados de acordo com o termo de permissão de uso pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por igual período após prestação de contas.
- 2.3. O presente processo seletivo dar-se-á em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93.
- 2.4. A inscrição no presente processo de seleção implica na aceitação de todas as normas e condições estabelecidas neste edital, principalmente quanto ao termo de permissão de uso, do qual não poderá alegar desconhecimento (Anexo VII).
- 2.5 Os interessados em conhecer presencialmente os espaços públicos constantes do presente edital, poderão agendar uma visita aos locais pretendidos através do telefone 34257703 opção 02 Diretoria de Relações Comunitárias e Institucionais DRCI.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS INSCRIÇÕES DOS PROJETOS

- 3.1 A documentação estando de acordo com as exigências explicitadas neste edital, deverá ser protocolada na Central de Atendimento ao Cidadão CAC, sita à rua Ipiranga Nº 120, centro, Canoas-RS.
- 3.2. As inscrições ocorrerão do dia **3 de dezembro de 2018** a **4 de janeiro de 2019**, devendo ser realizadas na Central de Atendimento ao Cidadão CAC, de segunda a sexta-feira, no horário entre 9h e 17h, localizada na Rua Ipiranga nº 120, Centro, Canoas, RS.
- 3.3. Não serão aceitas inscrições de projetos de servidores municipais, seus cônjuges e familiares até segundo grau. Constatada a incidência do disposto anteriormente, a Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Comunicação, através de seu Secretário, anulará sumariamente as inscrições posteriores. Contudo, a primeira inscrição apresentada na Central de Atendimento ao Cidadão CAC, será preservada e tramitará de acordo com o disposto neste edital.



- 3.4. É vedada a multiplicidade de inscrição por meio da alternância de proponentes entre os respectivos integrantes de um mesmo grupo.
- 3.5. Constatada a incidência do dispositivo anterior, a Secretaria Municipal das Relações Institucionais e Comunicação, através de seu Secretário, anulará sumariamente as inscrições posteriores. Contudo, a primeira inscrição apresentada na Central de Atendimento ao Cidadão CAC será preservada e tramitará de acordo com o disposto neste edital.
- 3.6. É vedada a participação neste edital de pessoa jurídica nas seguintes situações:
- a) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com administração pública, que tenham sido penalizadas por esta municipalidade, com suspensão da participação em licitação e/ou contratação com a administração pública ou qualquer de seus órgãos descentralizados;
- b) que possuam débitos e estejam irregulares junto as fazendas municipal, estadual e federal.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A HABILITAÇÃO E PLANO DE TRABALHO

- 4.1. As entidades interessadas deverão apresentar obrigatoriamente os documentos abaixo relacionados em cópia autenticada, quando não for à via original, bem como os anexos que constam neste edital:
- a) declaração de idoneidade (Anexo VIII);
- b) comprovante de residência em nome do representante legal;
- c) estatuto devidamente registrado;
- d) ata de posse da diretoria em exercício, com cópia do documento de identidade do Presidente e cópia do CPF;
- e) certidões negativas municipal, estadual e federal, e se a instituição não esteja registrada no Cadastro Municipal de Contribuinte, a entidade deverá solicitar junto a Secretaria Municipal da Fazenda a certidão de lançamento.
- f) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- g) declaração de responsabilidade pessoa jurídica (Anexo I);
- h) declaração de comprometimento com uso compartilhado da área, conforme modelo anexado (Anexo II);
- i) plano de trabalho (Anexo III), adequado ao calendário dos principais eventos do Município de Canoas, de acordo com área de atuação da entidade, contendo, no mínimo:
- i.1) descrição completa do projeto a ser executado na área pública;
- i.2) descrição das metas a serem atingidas;
- i.3) definição das etapas ou fases com cronograma de execução do projeto;
- i.4) descrição dos eventos ou atividades a serem realizadas na área, com a participação de outras entidades.
- j) o cronograma de execução do Plano de Trabalho deverá conter horários abertos para atividades e/ou oficinas à comunidade;
- k) as entidades deverão procurar a secretaria municipal que se relacione com sua atividade fim para compatibilizar o cronograma de execução do seu projeto com o calendário de atividades do Município, bem como apresentar e adequar possíveis contrapartidas sociais, desportivas ou de lazer para a comunidade da região;
- l) indicação de uma das áreas públicas elencadas no Anexo V e apresentação de croqui da área pretendida, contendo sua localização, dimensões, medida até a esquina mais próxima e contendo o desenho das benfeitorias existentes e suas medidas (Anexo IV);
- m) demais documentos capazes de comprovar atividades realizadas, que possam ser usados como supedâneo do critério de pontuação (cláusula sexta);



n) não serão aceitos planos de trabalho escritos a mão.

CLÁUSULA QUINTA – DA HABILITAÇÃO, DA ANÁLISE E DO JULGAMENTO

- 5.1. A habilitação, a análise e o julgamento obedecerão ao seguinte fluxo:
- a) encerrado o prazo de inscrição, os documentos, declarações e planos de trabalho apresentados serão analisados pela Comissão designada especialmente para este fim;
- b) a Comissão realizará também a análise da área pretendida e apresentada em planta pela entidade, cabendo a mesma aprovar ou redefinir as dimensões da área a ser utilizada, visando ao uso racional dos espaços públicos;
- c) o critério de julgamento, após análise documental, também será por pontuação, conforme consta na cláusula sexta;
- d) finalizada a etapa de análise com o julgamento final da Comissão, caberá a Comissão Permanente de Licitações CPL, a elaboração do julgamento e publicidade do ato, por meio do Diário Oficial do Município de Canoas (DOMC) (www.canoas.rs.gov.br), para, após, ocorrer a assinatura das permissões de uso.

CLÁUSULA SEXTA - DA PONTUAÇÃO

6.1. Caberá a Comissão observar as condições estipuladas neste Edital devendo se pautar, também, pelos seguintes critérios e respectivas pontuações:

Nº	ITENS	PONTOS
1	Entidade que, comprovadamente, desenvolvem projetos e beneficiam crianças.	1
2	Entidade que, comprovadamente, desenvolvem projetos e beneficiam adolescentes.	1
3	Entidade que, comprovadamente, desenvolvem projetos e beneficiam idosos.	1
4	Entidade constituída entre 1(um) e 5(cinco) anos.	1
5	Entidade constituída entre 5(cinco) e 10 (dez) anos.	2
6	Entidade constituída entre 10(dez) e 20(vinte) anos.	3
7	Entidade constituída a mais de 20 (vinte) anos.	4

- 6.2. Em caso de eventual empate, as entidades empatadas deverão compartilhar o espaço, definido conforme no item 5.1.c, deste Edital.
- 6.3. Em todos os casos acima descritos, a documentação comprobatória dessas atividades, deve acompanhar a documentação e plano de trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS

- 7.1. Qualquer cidadão será parte legítima para impugnar este Edital em até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data de encerramento do prazo previsto no item 3.2, com base na Lei nº 8.666/93, Art. 41, § 2º. Os pedidos de impugnação deverão ser protocolados na Central de Atendimento ao
- Cidadão CAC, no endereço citado na cláusula quarta, e encaminhado a Secretaria Municipal das Relações Institucionais e Comunicação SMRIC.
- 7.2. A Secretaria Municipal das Relações Institucionais e Comunicação SMRIC deverá julgar e responder as impugnações em até 3 (três) dias úteis, encaminhando o mesmo para a Comissão Permanente de Licitações para divulgação no Diário Oficial do Município de Canoas DOMC e no site www.canoas.rs.gov.br.



- 7.3. Caso o proponente não tenha sua proposta selecionada, poderá interpor recurso, respeitando o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação no Diário Oficial do Município de Canoas DOMC, caso não concorde com o resultado da seleção. Os recursos deverão ser protocolados na Central de Atendimento ao Cidadão -CAC, os quais, a Secretaria Municipal das Relações Institucionais e Comunicação SMRIC deverá responder e encaminhar à Comissão Permanente de Licitações para publicação do resultado do julgamento no Diário Oficial do Município de Canoas DOMC e no site www.canoas. rs.gov.br.
- 7.4. A inscrição implicará na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DE AMBAS AS PARTES

- 8.1. As entidades consideradas aptas pela Comissão assinarão Termo de Permissão de Uso, conforme legislação vigente, para desenvolver suas atividades segundo o plano de trabalho apresentado, na área pública designada.
- 8.2. São obrigações das entidades:
- a) utilizar a área pública exclusivamente para o desenvolvimento de atividades propostas;
- b) administrar, zelar e manter em perfeito estado de conservação a área, responsabilizando-se pela execução e custeio dos serviços necessários à sua manutenção;
- c) entregar a área ao término da vigência da permissão, caso não haja renovação observando a cláusula nona, nas perfeitas condições em que recebeu;
- d) não utilizar o imóvel para destinação diversa da autorizada na permissão de uso;
- e) restituir o imóvel ao Município, quando houver a revogação da permissão;
- f) não realizar quaisquer edificações no imóvel seja úteis, necessárias ou voluptuárias, sem autorização expressa do Município de Canoas;
- g) repassar ao patrimônio do Município todas as benfeitorias já existentes na área, e as que vierem a ser feitas;
- h) compartilhar o uso da área com outras entidades, quando solicitado pelo Município.
- 8.3. Compete ao Município de Canoas:
- a) fiscalizar a execução do plano de trabalho;
- b) autorizar benfeitorias nas áreas públicas, após análise de interesse e conveniência;
- c) dirimir controvérsias quanto ao compartilhamento das áreas públicas.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. Os selecionados para ocupação dos espaços públicos abrangidos por este edital, não serão remunerados, nem receberão qualquer premiação ou ajuda de custo por parte Município de Canoas;
- 9.2. É proibida a cedência ou a locação do espaço permissionado a terceiros;
- 9.3. Município de Canoas não se responsabiliza por qualquer acidente, bem como qualquer ato ilícito cível, administrativo ou criminal praticados nas dependências dos referidos espaços públicos, ficando à responsabilidade do permissionado;
- 9.4. O descumprimento ou cumprimento irregular das condições previstas neste edital constituem motivo para revogação da permissão de uso.
- 9.5. A simples participação neste processo público de seleção implica na aceitação tácita de todas as disposições presentes neste edital.
- 9.6. Os casos omissos, relativos a este Edital, serão dirimidos pela Comissão.
- 9.7. Dúvidas e informações referentes a este Edital poderão ser esclarecidas através da Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Comunicação SMRIC no seguinte endereço: Rua Quinze de Janeiro, nº 15, 3º andar, sala 302, Centro, Canoas-RS.



9.8. Calendário do Edital:

CALENDÁRIO						
Inscrições das instituições	03/12/2018 a 4/01/2019					
Divulgação das propostas	Após a análise de toda a documentação					

9.9. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Declaração de responsabilidade pessoa jurídica;

Anexo II - Declaração de comprometimento com uso compartilhado da área;

Anexo III – Declaração de Idoneidade;

Anexo IV – Plano de trabalho;

Anexo V – Planta para desenho;

Anexo VI - Relação das áreas;

Anexo VII – Croquis das áreas;

Anexo VIII – Modelo de Termo de Permissão de Uso.



EDITAL Nº 470/2018 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 37/2018

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE PESSOA JURÍDICA

				_, através	de seu
Presidente ou Responsável	Legal				,
declara, sob as penas da lei, dos seus funcionários e/ou			_		
qualquer responsabilidade.	contratados, ficand	o, assim, o roc	ici Tublico	wumerpar	isento de
Por ser expressão de verdade,	firmamos a presente	2.			
		,	_ de		_ de 2018.
	Enti	dade			



EDITAL Nº 470/2018 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 37/2018

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO COM USO COMPARTILHADO DA ÁREA

					, inscrita no
CNPJ	n^{o}			,	sediada no
endereço					, neste ato representado
pelo Presidente	;				, inscrito no CPF sob o
n°	,RG nº		, endereço		
telefone	, con	npromete-se a	compartilhar a á	írea pública indica	da ao projeto, com outras
instituições ind	icadas pela	administração	pública.	_	
,	1	,	1		
				de	de 2018
				_, uc	dc 2010
			Entidade		



EDITAL Nº 470/2018 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 37/2018 ANEXO III – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MORAL

	Eu				,	com _		anos	de id	ade,	estado	civil
,	profissã	ío			,	filho	de					e
		, na	cionalidad	e						,	natural	de
	_, sabend	o ler e	escrever,	reside	nte na						,	CEP
	_, cidade	de			_, Esta	do de			,	telefo	one ()
	, o	qual na	a qualidad	e de _		da	a ent	idade				,
estabelecida	na				cida	de de				,	Estado	d
		com	CNPJ	nº				e	Inscr	ição	Esta	dual
n°		, decl	aro sob	as per	nas da	lei, q	ue j	ossuo	bons	ante	ecedente	es e
idoneidade n sanções presci			-						,		·	o às
				(Local	l, data)						

Declarante



EDITAL Nº 470/2018 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 37/2018

ANEXO IV - PLANO DE TRABALHO

- 1- Descrição completa do Projeto a ser executado
- 2- Descrição das metas a serem atingidas
- 3- Definição das etapas ou fases com cronograma de execução do Projeto

	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO												
Item	Descrição		Mês										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12

4 - Eventos a serem realizados com outras entidades



EDITAL Nº 470/2018 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 37/2018

ANEXO V – PLANTA PARA DESENHO

- 1- Desenho da área pretendida e localização (norte e arruamentos do entorno), elaborado por levantamento expedito;
- 2- Informar medidas do perímetro e área superficial;
- 3- Informar a medida de distância da área pretendida até a esquina mais próxima, quando for o caso;
- 4-Desenhar construções existentes, informando suas dimensões, seu uso (sede/vestiário/galpão/telheiro/etc) e tipologia (madeira/alvenaria/etc).

Desenhar nesse local



EDITAL Nº 470/2018 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 37/2018

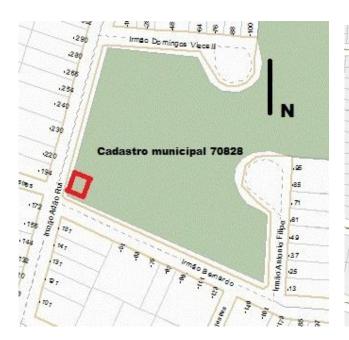
ANEXO VI – RELAÇÃO DAS ÁREAS

ENDEREÇO	CADASTRO IMOBILIÁRIO
Rua Eng. Kindler, B. Harmonia	60265 Parte A/ 60265 Parte B
Rua Oscar Pedro Kulzer, Bairro Estância Velha	Parte 66256
Rua Irmão Francisco Bagatini, Bairro Mal. Rondon	Parte 70828
Rua Manuelito de Ornelas, Bairro Marechal Rondon	Parte 72035
Rua A.J. Renner, B. Estância Velha	Parte 77834
Rua das Abelhas, Bairro Olaria	Parte 99295
Rua Florida (Lot. Central Park), B. Mato Grande	Parte 101275



EDITAL Nº 470/2018 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 37/2018 ANEXO VII– CROQUI DAS ÁREAS









ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE CANOAS

Secretaria Municipal das Licitações

Processo nº 54.814/2018









EDITAL Nº 470/2018 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 37/2018

ANEXO VIII – MODELO DE PERMISSÃO DE USO

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº XXX, DE 2018

Permite o uso da área pública municipal à entidade (nome da entidade)

O MUNICÍPIO DE CANOAS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 88.577.416/000118, nesse ato representado pelo Prefeito, Sr. Luiz Carlos Busato, doravante denominado MUNICÍPIO, e a (nome da entidade), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxxx, com sede e foro na (endereço), nesta cidade, neste ato representada pelo Presidente (nome do presidente), residente e domiciliado em Canoas, (endereço do presidente), inscrito no CPF sob nº xxxxxxxxxx, portador da cédula de identidade nº xxxxxxxxx, doravante denominada PERMISSIONÁRIA, celebram entre si, justos e avençados, o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO, nos autos do processo administrativo nº 54.814/2018, em conformidade com Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e o art. 101 da Lei Orgânica Municipal e com as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

- 1.1. O Município, proprietário do espaço público infra citado
- 1.2. , permite por meio do presente instrumento, o uso pela PERMISSIONÁRIA, objetivando a execução do plano de trabalho aprovado, de acordo com o Edital nº 470/2018, conforme especificado:
- 1.2. O espaço público a ser utilizado pela PERMISSIONÁRIA possui as seguintes referências: xxxxxxxxx

CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

São obrigações da PERMISSIONÁRIA:

- 2.1. Utilizar a área pública exclusivamente para o desenvolvimento de atividades sociais e esportivas;
- 2.2. Administrar, zelar e manter em perfeito estado de conservação a área pública, responsabilizando-se pela execução e custeio dos serviços necessários à sua manutenção;
- 2.3. Responsabilizar-se pelo pagamento das despesas de água, energia elétrica, bem como de todos os encargos fiscais que incidem ou venham a incidir sobre a área cedida, compreendendo-se nessa expressão todos os impostos, taxas e quaisquer tributos ou contribuições federais, estaduais e municipais;
- 2.4. Entregar a área ao término da vigência da autorização, nas perfeitas condições em que recebeu;
- 2.5. Não dar ao imóvel destinação diversa da permitida na PERMISSÃO DE USO;
- 2.6. Restituir o imóvel quando houver a revogação da PERMISSÃO DE USO;
- 2.7. Não realizar quaisquer edificações no imóvel, sem prévia autorização do MUNICÍPIO, mediante a autorização do projeto construtivo subscrito por responsável técnico e do cronograma de execução da obra;
- 2.8. Compartilhar o uso da área com outras entidades, quando for necessário, somente se expressamente autorizada pelo MUNICÍPIO, dentro das finalidades deste instrumento;
- 2.9. Repassar ao patrimônio do Município todas as benfeitorias já existentes na área, e as que vierem a ser feitas;

2.10. Responderá à PERMISSIONÁRIA, cível, jurídica e administrativamente pelos atos de seus agentes, bem como por danos ou prejuízos causados à Municipalidade ou a terceiros em decorrência da má utilização do espaço ora permitido para uso.

CLÁUSULA TERCEIRA DO USO

- 3.1. O espaço público deverá ser utilizado única e exclusivamente pela PERMISSIONÁRIA, salvo quando designado uso compartilhado, com expressa anuência do MUNICÍPIO, conforme item 2.8 da Cláusula Segunda;
- 3.2. Compromete-se a PERMISSIONÁRIA a não ceder, locar, transferir, emprestar ou de qualquer forma alienar, no todo ou em parte, o espaço público objeto da presente PERMISSÃO DE USO, zelando pelo seu uso e guarda;
- 3.3. Fica proibido à PERMISSIONÁRIA a exploração dos bens para fins diversos do permitido, sob pena de nulidade deste ato, com a consequente revogação da presente PERMISSÃO DE USO.

CLÁUSULA QUARTA - FISCALIZAÇÃO

4.1. A fiscalização da presente PERMISSÃO DE USO ocorrerá por conta da Secretaria Municipal das Relações Institucionais e Comunicação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 5.1. Aoutorga desta PERMISSÃO DE USO é feita a título precário, gratuito e intransferível;
- 5.2. Poderá o MUNICÍPIO revogar a PERMISSÃO DE USO a qualquer tempo, desde que configurada situação de conveniência e/ou oportunidade sem que caiba à PERMISSIONÁRIA ressarcimento ou indenização de qualquer espécie, seja a que título for, nos termos da legislação vigente;
- 5.3. A PERMISSIONÁRIA deverá apresentar a prestação de contas dentro do prazo junto a Secretaria responsável pela fiscalização, relatório das atividades executadas conforme plano de trabalho aprovado, acompanhado do novo plano de trabalho para as atividades que serão desenvolvidas nos 12 (doze) meses seguintes;
- 5.4. Se a entidade não protocolar a prestação de contas dentro do prazo, o MUNICÍPIO emitirá notificação para que a entidade apresente a documentação dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias, não havendo o cumprimento desta, a PERMISSÃO DE USO poderá ser revogada.

CLÁUSULA SEXTA DO FORO

6.1. As questões que porventura surgirem em decorrência deste instrumento, quando não resolvidas administrativamente, serão dirimidas no Foro da Comarca de Canoas.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente termo em 2 (duas) vias, de igual teor e forma.

MUNICÍPIO DE CANOAS, em XX de XX dois mil e dezoito (. . .2018).

Luiz Carlos Busato Prefeito Municipal

Nome do presidente Nome da entidade